

Fiscalização ambiental trava desmatamento de ipê roxo no Noroeste do Estado

15/03/2023

Água e Terra

O Instituto Água e Terra (IAT), vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Sustentável (Sedest), impediu que uma ação de desmatamento ilegal em Tapira, no Noroeste do Estado, alcançasse proporções ainda maiores. Durante uma ronda, fiscais do órgão ambiental localizaram um terreno na zona rural da cidade e constataram a supressão de aproximadamente 60 árvores de ipê roxo. Como não havia autorização para o corte, a madeira foi retida, a área embargada e o proprietário autuado em R\$ 30 mil – o cálculo será fechado após os trâmites legais.

De acordo com levantamento da regional de Umuarama do IAT, da qual Tapira faz parte, o proprietário é reincidente – foi autuado por ação semelhante há três anos. No ano passado, foram 3.411 autos de infração emitidos pelo instituto de danos à flora em todo o Paraná, com R\$ 94,8 milhões em multas.

“Fazemos essa operação constantemente na região para identificar crimes ambientais. Essa madeira, após trâmite legal, será doada para instituições de caridade, que ficam com o dinheiro da comercialização do material”, explicou o chefe do escritório regional do IAT em Umuarama, Luís Carlos Borges Cardoso.

De acordo com ele, o ipê é considerado uma das árvores mais visadas por madeireiros por ser bastante cobiçada no mercado internacional. É chamado por especialistas como o “novo mogno”, madeira muito explorada no Brasil nos anos 1980 e 1990 e com alto valor comercial. Justamente por causa da demanda, entrou para a lista de árvores com risco de extinção em 2002.

“Reforçamos que o IAT está atento, com fiscalizações constantes, e quem insistir em desmatar de forma ilegal será responsabilizado pelo crime ambiental”, destacou.

[IAT inicia por Foz do Iguaçu série de reuniões para capacitação florestal dos municípios](#)

Com participação e protagonismo do Paraná, Consórcio Brasil Verde é formalizado

VIGILÂNCIA – O acompanhamento das áreas desmatadas é feito rotineiramente pelos fiscais ambientais e policiais militares por meio do policiamento motorizado. Graças às denúncias feitas pela população, tanto pelo telefone da Força Verde quanto pelo Disque-Denúncia 181, dezenas de localidades são monitoradas para identificar pontos sensíveis e os responsáveis por devastações da flora silvestre.

A integração com outros órgãos foi fortalecida para fazer frente aos casos de desmatamento e exploração ilegal das florestas. Por meio do convênio com o IAT, operações conjuntas são promovidas em várias regiões do Paraná, e com o apoio de outras entidades ligadas à defesa dos recursos naturais campanhas educativas trabalham com a conscientização de adultos e crianças sobre o porquê cuidar da terra e da mata silvestre.

COMO DENUNCIAR – O contato com as forças policiais pode ser feito via telefone 181, de forma gratuita, ou através da internet. Tanto pelo telefone quanto pela internet, é possível manter o anonimato, pois não é necessário se identificar.